

Aspectos da violência urbana

*Itamar Rocha dos Santos*¹

Resumo: O presente trabalho traz como foco aspectos da violência urbana que na contemporaneidade estão imbricados no cotidiano das cidades. A compreensão desses aspectos de forma crítica e reflexiva é colocada neste trabalho como de importância crucial para conscientizar as autoridades políticas sobre a necessidade de direcionarem políticas públicas que diminuam os índices de violência no contexto urbano. Enfim, trata de uma realidade vivenciada neste novo milênio pelas pessoas que habitam nas cidades, não importando o tamanho destas.

Palavras-chave: Globalização. Política Neoliberal. Insegurança.

Street violence aspects

Abstract: This article concentrates in some aspects about urban violence that in present o nove quatidian. The understanding of this subject may help us make some critique, because it is necessary to reflect and tell politicians how important is to make public politics that devases the violence rortes. Finally it is a fact present in new Millennium, the people is afraid and something must be done.

Key words: Globalization. Neoliberal Politics. Insecurity.

¹ Especialização em Psicopedagogia pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação (IBPEX)/Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). Professor da Rede Estadual de Educação da Bahia. E-mail: d_itamar@ig.com.br

Introdução

Nos primeiros anos do novo milênio, no contexto urbano, a violência vem sendo foco da atenção dos moradores das grandes, médias e pequenas cidades. Não importa o tamanho destas para que delitos, de variados tipos, ocorram, o que deixa os moradores apreensivos em relação às causas de tanta violência.

A mídia televisiva, diariamente, noticia casos de violência ocorridos nas cidades. Por outro lado, ao transitarmos a pé pelas ruas dos grandes centros urbanos, percebemos, nas conversas dos transeuntes, que o assunto está relacionado a crimes e fatos delituosos. Há tempos atrás, ouvíamos dessas pessoas diálogos relacionados à imigração, futebol ou à industrialização crescente.

Nas cidades de médio porte, as pessoas assistem estarecidas ao crescimento do índice de violência, paralelo ao surgimento de bolsões de pobreza, em que os integrantes podem estar “à espreita” nos locais de risco, cognominados como tais após a padronização do espaço urbano entre classes abastadas.

Nas cidades de pequeno porte, as pessoas começam a conviver com casos de violência, desde a doméstica aos crimes contra os costumes – envolvendo pessoas idosas do sexo masculino, por exemplo –, além de outros tipos, que antes eram vistos pelos moradores destas cidades somente por meio da mídia televisiva.

A violência urbana, para Pinheiro (2003), subverte e desvirtua a função das cidades, drena recursos públicos, já escassos, ceifa vidas – especialmente as dos jovens e dos mais pobres – dilacera famílias, modificando nossas existências, dramaticamente, para pior.

Ao pesquisarmos sobre violência urbana é interessante que tenhamos em mente a situação social, impactada pela política econômica globalizada, a qual afeta instituições como a família, a escola e a Igreja. Devemos, ainda, apreender e compreender a influência dessa política econômica sobre cada uma dessas instituições.

Também, ao pesquisarmos sobre esse fato presente no âmbito da sociedade contemporânea, é de grande importância abordamos a maneira e a forma pelas quais está surgindo a polarização do espaço urbano com a criação dos bolsões de pobreza, e como as pessoas que estão inseridas nessas áreas elaboram suas táticas e estratégias de sobrevivência no sistema capitalista, em que modos de vida são padronizados, principalmente pela mídia.

Além disso, nos espaços de exclusão social, como guetos, favelas e demais periferias, devemos compreender de forma crítica o porquê da substituição de ferramentas de trabalho como pá, enxada, machado e foice, por outras formas de sobrevivência, e qual a influência da mídia televisiva na criação de um padrão de comportamento para as pessoas que ali vivem assim como de que forma surge a economia informal nestas áreas.

Igualmente de suma importância será a abordagem da influência da violência simbólica dos meios de comunicação em massa, os quais, ao adentrarem no contexto das instituições como família, Igreja e escola – principalmente nas cidades de pequeno porte – influenciam a cultura das pessoas, mediante padrões de vida tidos como dominantes no mundo capitalista, assim como a análise da consequência da imposição desses padrões em tais instituições.

Para Bourdieu (2007), o espaço social e as diferenças que nele se desenham espontaneamente tendem a funcionar simbolicamente como estilos de vida ou como “stands”, ou seja, grupos caracterizados por comportamentos diferentes. Além disso, na luta pela imposição da visão legítima de mundo social – em que as ciências, muitas vezes, estão envolvidas – os agentes responsáveis detêm um poder proporcional ao seu capital ou ao grupo que representa.

O poder simbólico, para Bourdieu (2007, p. 188), é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que um credita o outro, uma *fides*, uma *auctoritas*, que se lhe confia, depositando nele sua confiança; é algo como a potência mágica, o crédito, o carisma, a crença, o credo, a obediência ao divino de onde se espera a proteção.

Neste jogo das interações da vida cotidiana, os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, não restando outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação, a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação e embustes, a imagem de si, o menos afastada possível da identidade legítima.

O tema “violência urbana” surge, assim, como proposta de estudo interdisciplinar, em um núcleo integrado por diversas áreas das ciências sociais (Sociologia, Pedagogia, Filosofia, Antropologia, Economia, Psicologia, Comunicação, Direito, História e demais áreas afins), com o propósito de compreendermos, mediante pesquisas e trabalhos científicos, os diversos aspectos da violência urbana, e direcionarmos mudanças sócio-ideológicas que nortearão políticas públicas voltadas para as causas e consequências da violência nesse meio.

Aspectos da violência urbana

Na conjuntura do terceiro milênio, todo morador da cidade é abordado pela violência. Esta separa os homens, mas ao mesmo tempo os une no medo que inspira.

As cidades, que antes eram sinônimos de civilização, hoje são percebidas como um meio fragmentado segregado e descivilizado.

Segundo Pedrazzini (2006), as divisões territoriais e o urbanismo da opressão, que as sociedades urbanas instauram para afrontá-los, atualizam novas técnicas de invasões bárbaras que devem brotar do interior da cidade.

Os baixos salários e o desemprego, que causam o empobrecimento da classe média e o aumento do número de miseráveis (bolsões de pobreza), têm gerado muito dos crimes contra o patrimônio, tais como furtos, roubos e assaltos.

A ocupação de terrenos e conjuntos habitacionais ainda em construção, a depreciação de equipamentos de uso coletivo, a agressão ao meio ambiente e o alcoolismo, são alguns dos sintomas de nossa sociedade em conflito. Esses aspectos revelam que as cidades cresceram, expandiram-se e fizeram surgir bairros periféricos, onde as condições precárias de vida dos moradores e a degradação do meio ambiente mostram uma face da violência urbana.

O mercado, a industrialização, a proletarização e as fábricas pertencem a uma sociedade desigual; a cidade industrial foi uma transposição construída, e a cidade pós-industrial, a transposição ao vivo de uma sociedade “sem trabalho”, o que não exclui a exploração de classes.

Para Pedrazzini (2006), as divisões urbanas não são socialmente neutras; elas atuam em Benefício de alguns e contra a “libertação” das massas, fato que preocupa alguns ideólogos.

Abandonados pelas instituições, os atores sociais adotam novas estratégias de sobrevivência para se inserir nos padrões estabelecidos pela política neoliberal. Pode-se afirmar que a desestruturação urbana, em seus aspectos mais visíveis, como a informalidade espacial, econômica e social, criou, ao longo do tempo, novas formas de reprodução social ligadas, paradoxalmente, aos três pilares da socialização formal: Família, Trabalho e Educação.

Os moradores, conforme sua compreensão intuitiva da “realidade das coisas” acostumaram-se com seu caráter mutante (senso comum) e sua necessária identificação com essas mudanças; sem buscar compreender – de forma crítica – teorizar e resistir, apropriam-se delas dentro de uma lógica do caos.

Isso acontece, segundo Pedrazzini (2006), porque os moradores precisam, antes de tudo, viver. O estado caótico do espaço urbano não lhes convém nem contribui para suas atividades, sejam elas formais ou informais. Os primeiros a compreender que ninguém cuidaria de seu infortúnio foram os mais pobres. A violência, muitas vezes, situa-se à margem de suas atividades diárias e, outras vezes, passa a ser o meio de sobrevivência daquelas pessoas.

A violência urbana, para Pedrazzini (2006, p. 91), deve ser analisada como parte de um sistema socioespacial dinâmico cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade como modelo ambiental hegemônico. Diante desses dois elementos fundadores da nossa “civilização”, entrariam outros componentes especificamente sociais (crescimento das desigualdades), políticos (criminalidade da pobreza), espaciais (fragmentação do território) ou ideológicos (sujeição da democracia à segurança), os quais se combinam entre si para traçar um projeto de sociedade selvagem e inquietante.

Para o citado autor, é importante analisar como os principais setores da economia globalizada instauram um determinado modelo de urbanismo, de arquitetura e de “cidades globais”, e, desde então, como a urbanização contemporânea globalizada começou a impor práticas sociais e espaciais que contribuíram para o crescimento da violência urbana (PEDRAZZINI, 2006).

A cidade contemporânea é perigosa, na medida em que a globalização a divide em fragmentos antagônicos, transformando-a em um conflito de forças e interesses.

Desde a década de 80 do século XX, os programas de estabilização macroeconômica e de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial aos países em desenvolvimento para que suas dívidas fossem renegociadas levaram centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento. Programas como o de Ajuste Estrutural (PAES) contribuíram, amplamente, para desestabilizar moedas nacionais e arruinar as economias dos países em desenvolvimento.

Os PAES, segundo Chossudovsky (1999), desempenharam um papel chave na decomposição da economia nacional de países endividados com o FMI e Banco Mundial, além de recompô-los em uma nova relação com a economia global. As reformas econômicas, para esse autor, implicaram a decomposição/recomposição das estruturas produtivas e do consumo nacionais. Dentro desta realidade, a compressão dos ganhos reais acarretou a diminuição dos custos da mão-de-obra e o declínio dos níveis de consumo de massa (artigos de

primeira necessidade), pela grande maioria da população. Por outro lado, houve uma ampliação do consumo do segmento de alta renda, que envolve bens de consumo duráveis e outros bens de luxo, alcançáveis apenas por um pequeno segmento da população.

Essa decomposição/recomposição da economia dos países endividados e sua inserção na economia globalizada, baseada na mão-de-obra barata, provocaram a compressão da demanda interna e dos níveis de vida – pobreza, salários baixos e uma abundante mão-de-obra barata – com reflexos na contínua explosão da violência urbana.

Essas causalidades, segundo Pedrazzini (2006, p. 73) – apesar de difíceis de serem comprovadas pela natureza de sua complexidade e superposição dos múltiplos níveis de realidade – não impedem que o observador dos fatos sociais urbanos questione a violência urbana na sociedade contemporânea.

Segundo Giddens (apud BOURDIEU, 2007), se compreendermos, propriamente, como os outros vivem, podemos adquirir melhor entendimento dos problemas em que eles estão envolvidos. Além disso, os aspectos da vida social modelam nossa forma de sentir, pensar e agir.

A violência dos pobres dissimula a violência da Globalização e da fragmentação estratégica imposta às cidades. Antes, porém, de formularmos qualquer “pré-conceito” sobre os conflitos urbanos, cabe a nós identificar os habitantes dos territórios dominados pela violência, pois são eles os detentores incontestes das respostas sobre esses conflitos. É preciso ir ao bairro pobre para questionar as pessoas que vivem ali e buscar respostas fecundas para a relação da violência, a relação com o outro, o estranhamento do seu próximo e os atos aterrorizantes.

Como vimos, os espaços mais afetados pelas tensões da globalização são evidentemente os bairros mais pobres das cidades, por estarem mais expostos aos efeitos negativos da política liberal globalizada. Os governantes são, em grande parte, responsáveis por essa situação, pois já não oferecem mais aos moradores uma real proteção contra os efeitos desse mal.

A nova geração de jovens dos bairros pobres das cidades constitui um problema para as autoridades e para a polícia. Certamente, a violência é uma resposta imediata e muitas vezes cômoda a um universo em permanente mutação.

A mídia televisiva, emissoras radiofônicas, os *outdoors*, as vitrines das lojas, estampam produtos que representam padrões de conforto, bem estar e *status*. Trabalha-se, luta-se para conseguir a posse desses objetos que parecem fazer as pessoas felizes, ricas e importantes. A felicidade, portanto, condiciona-se à posse destes bens materiais.

Observa-se que o fenômeno da violência urbana é constituído por uma série de situações conflitantes e cada vez mais complexas, bem como incontroláveis, tanto pelos poderes públicos, quanto pelos especialistas do setor privado.

Neste contexto de sociedade globalizada, constata-se um enfraquecimento das defesas tradicionais do sistema social, com valores de solidariedade e laços comunitários, os quais estão relativizados pelas sociabilidades individualistas do mundo contemporâneo.

Em razão da complexidade das causas da violência urbana dentro do domínio alarmante da globalização econômica e cultural, surge a necessidade de pesquisá-la dentro de um contexto interdisciplinar, a fim de termos um conhecimento científico com resultados que possam direcionar políticas públicas eficazes para a redução da violência urbana e seus efeitos sobre os cidadãos.

O lucro com a insegurança

A violência nas cidades tem assustado e isolado seus habitantes em suas próprias residências, que estão se transformando em verdadeiras fortalezas.

Em cidades grandes, médias, ou, até mesmo, de pequeno porte, não é preciso ir muito longe para observarmos o grande número de casas com cercas elétricas, portas e janelas com grades de proteção ou até mesmo com placas que identificam empresas de segurança privada que

monitoram algumas residências vinte e quatro horas por dia, evitando que estas casas sejam invadidas por pessoas que escolheram a vida do crime como forma de sobrevivência na dinâmica social.

Muitas pessoas até mesmo cuidam de se equipar com tudo o que oferece a moderna tecnologia em termos de alimentação, informação, comunicação e lazer, evitando ao máximo sair de casa. Nessa condição, desfrutam os fins de semana entre DVDs, televisores de plasma, “telepizza”, banheiros com hidromassagens, jogos eletrônicos, horas a fio ao celular etc. Aos que não têm acesso a esse tipo de solução dispendiosa e cara, sobra a programação da tevê.

As pessoas que se arriscam a sair de casa em determinados horários são aquelas que não têm quase nada a oferecer aos delinquentes. No entanto, aquelas que têm algo de valor saem em horários pré-estabelecidos e frequentam lugares e espaços onde é oferecida uma maior segurança, pública ou privada.

A expansão de empresas de segurança privada que vendem seus serviços, os quais variam desde cercas elétricas com monitoramento a seguranças particulares, é uma realidade, em se tratando das mais variadas cidades. Essas empresas crescem e as pessoas que podem arcar com o custo dos seus serviços não se incomodam em pagar por eles, para se sentirem mais seguras dentro de suas casas ou ao saírem delas para seus afazeres diários.

Percebemos, ainda, a enorme procura por serralharias que fabricam grades e portões de ferro maciço que deem o mínimo de proteção às pessoas de ganho mais inferior quando estiverem dentro de suas residências.

Em outra extremidade da esfera social, nos bairros periféricos, onde a pobreza mostra-se explicitamente, as pessoas que ali residem e vivem do suor de seu trabalho, para terem o mínimo de segurança, usam cacos e pontas de garrafas de vidro presos com massa de cimento nos muros, evitando que suas casas sejam invadidas por delinquentes que convivem em seu meio.

Nos centros das cidades, carros padronizados de empresas de segurança privada transitam pelas ruas, e, no período noturno, ficam

em pontos estratégicos, prontos para o primeiro sinal de alerta vindo da central de monitoramento. Percebemos que o “Ponto Base” da segurança pública – a prevenção – está, aos poucos, sendo substituído e administrado por empresas privadas, que, na falta de políticas públicas sérias voltadas para a segurança, ganham espaço.

Nas ruas, pessoas apressadas agarram as suas pastas e bolsas. Não param mais para dar alguma informação, ou, quando respondem, o fazem com o olhar atento aos movimentos de quem pergunta e atento às pessoas que passam ao seu redor. As pessoas também já não passeiam mais a pé para conhecer e “curtir” a cidade.

Em determinados locais e horários, motoristas não obedecem mais aos sinais de trânsito com medo de assaltos, e, quando param o veículo por algum motivo, fazem-no o mais rápido possível. No jargão popular, algumas pessoas nos dizem que estamos no tempo de “Murici”, cada um cuidando de si, e Deus é quem cuida de todos.

Ao percorrermos, à noite, as ruas da cidade, podemos assustar outra pessoa simplesmente pelo olhar, ou vice-versa. Calamos o medo e desviamos nossos olhares.

Para Pedrazzini (2006), houve tempos em que a cidade era vista como um “bem” para o ser humano (a promessa de um futuro melhor). Era um progresso importante para o homem e para o território, por representar o avanço da civilização, o aumento da cultura, a ampliação do mercado, dos bens negociáveis, das oportunidades e muito mais.

No entanto, esses tempos se passaram para aqueles que, atualmente, veem a cidade como um espaço de sobrevivência em condições (relativamente) aceitáveis.

Vivemos nos tempos das cidades duais. A violência, a insegurança, o pânico, as micro-guerras dos meninos de rua e o tráfico são alguns dos elementos duais evocados atualmente.

A cidade contemporânea, segundo Pedrazzini (2006, p. 70), é perigosa na medida em que a globalização a divide em fragmentos antagônicos, transformando-a em um conflito de forças e interesses.

O cenário urbano apresenta uma série de rupturas, fissuras, sinuosidades, conflitos, dissensões e distorções no campo social. Com isso, pode-se afirmar que a violência urbana provém de aspectos contemporâneos da urbanização que envolvem modos ditados pela globalização e pela política neoliberal, para promoverem estratégias de dominação no mercado global.

Do bairro pobre, parcialmente globalizado, como fragmento de uma cidade ou metrópole globalizada, emerge uma categoria de atores potencialmente e simbolicamente globalizados para práticas de atividades criminosas. Esses atores adquirem, por meio de atividades ilegais e internacionais, uma cultura cosmopolita não correspondente ao contexto e à cultura do bairro ou cidade onde moram.

Nessa realidade, um grande número de jovens e adolescentes afronta a política neoliberal na ilegalidade e na violência. Ao traficarem, eles esperam conservar a liderança e a possibilidade de participarem do modo de vida ditado pelo mundo globalizado.

A “profissão” de traficante está em constante mutação; a atividade é exercida de maneira artesanal nas esquinas de algumas ruas das cidades e, segundo especialista está se tornando um dos setores mais rentáveis na economia mundial.

No entanto, nesta “profissão de sobrevivência”, a ascensão social é, na maioria das vezes, interrompida brutalmente. Estima-se que mais de 60% dos jovens dos bairros pobres dos países do terceiro mundo acabam em presídios ou são mortos.

Assim, a maioria das cidades e metrópoles contemporâneas aparece como fábrica do medo, que favorece o projeto de divisão social, dando a certos atores o poder de se orientar, de definir certos objetivos e os meios de os alcançarem dentro de uma ordem social capitalista.

A poluição, a violência, a pobreza, a fome, assim como os “milagres” dos meios de comunicação, a pluralidade de culturas, etnias e tradições, o aumento de criadores, inventores e fazedores da história, são algumas das dores e alegrias que as metrópoles e as cidades podem oferecer ou retomar de seus habitantes.

Os habitantes criam estratégias de defesa contra seus próprios fantasmas. Essas estratégias táticas variam consideravelmente, como vimos anteriormente, conforme o bairro da residência, o nível cultural, o modo de vida e a profissão.

A tendência, como foi colocada em parágrafos anteriores, à privatização dos meios de segurança mediante o aumento do aparato de seguranças particulares e empresas privadas que oferecem esse serviço para os proprietários de residências, seja elas de ricos, seja de pobres, caminha para uma segregação do espaço urbano, onde o sucesso da arquitetura urbana passa a ser um modelo de arquitetura “policial ou militarizada”, o que vem a expressar também a busca do lucro em função da insegurança nas cidades.

As iniciativas públicas e privadas que visam a oferecer segurança aos cidadãos erguem apenas uma civilização em clausura. O urbanismo contemporâneo, na visão de Pedrazzini (2006), é geralmente uma atividade policial, segundo o modelo implantado por Hausmann em Paris, no século XIX, que visava a um melhor controle dos espaços públicos. Para esse autor, se o urbanismo atual (contemporâneo) privilegia a segurança, essa arquitetura é dissuasiva e militar (arquitetura de fortificações relativamente dissimuladas nas paisagens urbanas e uma ocupação militar do solo urbano). Diante disso, assistimos ao triunfo do medo e à banalização do urbanismo do medo.

Não só as classes mais favorecidas submetem o espaço urbano à privatização por razões de segurança. Os pobres também os submetem. Porém, o preço a pagar pelo reforço das barreiras edificadas entre o universo da prosperidade e da precariedade não é o mesmo para todas as pessoas. Portões e grades de ferro, cacos de garrafas e vidros têm custos bastante razoável se comparados aos contratos de empresas de segurança para monitoramento *24 horas* das residências e comércios. Neste contexto crescente de segregação, os privilégios de propriedade cedem o passo aos privilégios de acesso.

A segurança passou a ser um serviço e um acesso que são oferecidos como artigos de luxo aos clientes das camadas mais privilegiadas da população.

O urbanismo contemporâneo, ainda na visão do citado autor, pressupõe a propagação do sentimento de insegurança. Entretanto, os projetos de segurança concebidos para proteger o conjunto de habitantes das cidades favorecem, de forma desigual, seu acesso aos locais “seguros”. Assim, para esse autor, o urbanismo do medo ocasiona uma radicalização dramática dos processos de segregação espacial, levando a uma clássica fragmentação urbana, além de uma nova fragmentação planejada dos “Territórios”, tendo em conta o grau de segurança ou de perigo.

Essa seleção pode ser observada no reaquecimento do mercado imobiliário, principalmente em zonas centrais, que, ao passarem por um período de quase abandono estatal e imobiliário, renascem para projetos de requalificação urbana (PEDRAZZINI, 2006, p. 121).

O surgimento de um urbanismo de segurança, no entanto, não traz melhorias para a segurança das cidades ou região em questão. Instaura, apenas, uma dualidade nas práticas de segurança, como respostas à dualidade do medo e da violência dos ricos e dos pobres, que se escutam, se imitam ou se opõem, de cada lado, à cortina de ferro econômica.

Ao combinarem o urbanismo do medo e a detenção do poder nas mãos de poucos, além da combinação com o urbanismo da urgência e a precariedade de vida de muitos, as medidas de segurança, criadas nesse contexto, estão modelando, cada vez mais, um meio segregado. A segurança passa a ser o fetiche para conjurar o mal e apresenta-se como a origem da construção de novas desigualdades sociais no contexto urbano.

De outro lado, ao levarmos em conta que o mercado mundial da defesa contra o terrorismo é avaliado em 100 bilhões de euros, e o da segurança das redes de informações em 50 bilhões, estamos cômicos de que Osama Bin Laden, aos lançar os aviões sobre as cidades de Nova York e Washington, estava convencido de que daria início a uma guerra contra o terror. No entanto, não calculou que o início desse conflito atrairia um mercado que lucra de forma demasiada com a insegurança com que as pessoas convivem.

A insegurança e a incerteza do mundo, segundo Pedrazzini (2006), não surgiram com os ataques dos terroristas islâmicos, mas suas ações

espetaculares estimularam a venda de armas e de sistemas de segurança, em razão do acesso desigual dos ricos e dos pobres a tais equipamentos. Assim, o capital da segurança soma-se ao capital financeiro e ao capital simbólico.

A violência urbana e a insegurança que atingem as pessoas são elementos que estão acoplados ao cotidiano de quem convive nas ou habita as cidades. Entender esses elementos de um ponto de vista e com uma visão interdisciplinar será uma das formas de levarmos aos poderes públicos respostas para certas incógnitas relacionadas aos efeitos de políticas públicas implantadas nas cidades.

Referências

AGUIAR, Edinalva Padre et al. **Política: o poder em disputa**. Vitória da Conquista e Região. 1999. (série Memória Conquistense).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e Banco Mundial**. Tradução de Marylene Pinto Michel. São Paulo: Moderna, 1999.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

KUPSTAS, Márcia. **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

Recebido em: agosto de 2008

Aprovado em: abril de 2009